INVESTIGAÇÃO

Polícia investiga 4ª pessoa em morte de motoristas de aplicativo

Mato Grosso - Página A5

TERRA

MT enfrenta 43 invasões de terra em cerca de um ano

Mato Grosso - Página A5

TELEFONIA

Portabilidade numérica em MT passa marca de 960 mil trocas de operadoras

Mato Grosso - Página A4

DIÁRIO DE CUIABÁ

Fundador: Alves de Oliveira ◆ O jornal de Mato Grosso | Cuiabá, quinta-feira, 18 de abril de 2024 | Ano LVI ◆ No 16431 ◆ R$ 3,00 (capital) R$ 3,50 (interior)

ZOONOSES

Cuiabá alerta para o aumento de acidentes com animais peçonhentos

Somente no primeiro trimestre deste ano, Cuiabá já registrou 23% do total de acidentes envolvendo animais peçonhentos ocorridos ao longo de todo ano passado, com 1.062 ataques

Somente primeiro trimestre deste ano, Cuiabá registrou 246 atendimentos referentes a acidentes com animais peçonhentos, como serpentes, escorpiões, aranhas e abelhas. Essa quantidade representa, até o momento, 23% do total ocorrências registradas em 2023, com 1.062 ataques contabilizados ao longo de todo ano. Os dados são do Centro de Informação e Assistência Toxicológica (Ciatox) do Hospital Municipal de Cuiabá (HMC). Diante do cenário, a Vigilância em Zoonoses, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), emitiu um alerta sobre o aumento dos casos envolvendo estes tipos de bichos peçonhentos. Segundo o levantamento, em Mato Grosso foram 3.637 incidentes em 2023, dos quais 1.062 ocorreram especificamente na Capital. "Durante o primeiro trimestre do ano, observa-se t radicionalmente um aumento nesses incidentes. As chuvas inundam os abrigos naturais desses animais, forçando-os a buscar novos esconderijos e fontes de alimento. Esse deslocamento aumenta significativamente o risco de encontros entre esses animais e humanos, culminando em mais acidentes", disse o biólogo Pablo Pazóti, do Centro de Controle e Zoonoses (CCZ). Pazóti ressalta, no entanto, que os acidentes ocorrem ao longo de todo o ano, não se limitando apenas a esse período. Já algumas das dicas para evitar acidentes são utilizar calçados e luvas durante atividades de jardinagem e ao manusear materiais de construção, evitar acumular entulhos e materiais inservíveis e verificar calçados, roupas de cama e de banho antes de utilizá-los.

Mato Grosso - Página A5

EXPORTAÇÃO

Setor florestal de Mato Grosso fatura US$ 104,6 milhões em negócios

Mato Grosso - Página A4

Máxima 34
Mínima 20

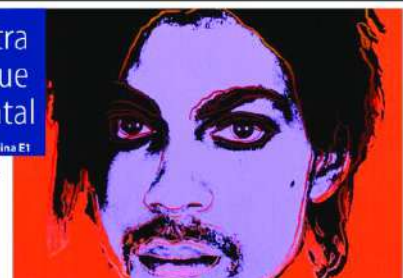
FUTEBOL

Neymar levanta discussão quanto à pressão sobre jogadores de futebol

Esportes - Página A8

Como ações de plágio contra artistas põem em xeque a história da arte ocidental

Ilustrado - Página E1

ISSN 1517-3739

Opinião .... A2 e A3
Política A4
Economia A5
Mato Grosso A6
Polícia A7
Brasil A8
Classificados .... A9 e A10
Esportes .... A11 e A12
Ilustrado .... E1 a E4

20 Páginas

INDICADORES

Poupança	0,5000%
TR/jun	0,0000%
TBF/nov	0,4609%
Dólar/Comercial*	R$ 4,2483/4,2488%
Dólar/Paralelo*	R$ 4,1370/4,1390%
Dólar/Turismo*	R$ 4,0800/4,3200%

*Preço de compra e venda

COTAÇÕES

SOJA (saca 60kg)	
Rondonópolis	R$ 164, 05
Sorriso	R$ 157,95
ALGODÃO (saca 15kg)	
Rondonópolis	R$ 163,29
Primavera do Leste	R$ 161,79

DIÁRIO DE CUIABÁ
Um jornal a serviço de Mato Grosso
Publicado desde 1968
Fundador Alves de Oliveira (1932-1969)

Diretor-presidente ADELINO M. M. PRAEIRO
Diretor Editorial GUSTAVO OLIVEIRA

Conselho Consultivo
ADELINO M. M. PRAEIRO
GUSTAVO OLIVEIRA

ASSINATURAS: (65) 3054-2511 | 3052-1992
CLASSIFICADOS: (65) 3644-1695
COMERCIAL: (65) 3644-1695

VENDAS AVULSAS
Dias úteis: Cuiabá R$ 3,00; Interior R$ 3,50; Outros Estados R$ 3,50
Domingo: Cuiabá R$ 3,50; Interior R$ 4,00; Outros Estados R$ 4,00

ENDEREÇO:
Fone (65) 3644-1695

ANJ

Sanha arrecadatória do governo

Quase cinco anos depois de extinto, o seguro obrigatório para vítimas de acidente de trânsito, antes conhecido pela sigla DPVAT, promete voltar, rebatizado como SPVAT, por meio de projeto de lei complementar apresentado pelo governo, aprovado na Câmara e enviado ao Senado. Será mais uma taxa a ser paga a um Estado conhecido pela voracidade nos impostos. O texto aprovado na Câmara ainda considera penalidade grave, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, não pagar o novo SPVAT.

A partir do governo Temer, o seguro obrigatório começou a ser extinto. Em 2018, o Conselho Nacional de Seguros reduziu sua tarifa em 63%. No ano seguinte houve novo corte, até a taxa ser extinta em 2020, quando valia apenas R$ 1,06 para carros particulares. O novo projeto estabelece a destinação de 35% a 40% da arrecadação, centralizada na Caixa, a municípios e estados em que haja serviço de transporte coletivo. O SPVAT recebeu, assim, apoio de prefeitos e governadores. Outro argumento de seus defensores é parte dos recursos ser destinada ao SUS.

Ambos são argumentos frágeis. Financiar o transporte coletivo ou o SUS são deveres de União, estados e municípios, haja ou não seguro obrigatório. O proprietário de veículos deveria ter a liberdade para contratar apólices junto à seguradora de sua preferência, ou então arcar com o ônus de acidentes. A existência de um mercado pujante de seguro automotivo no Brasil mostra que existe demanda pelo serviço e que o Estado não precisa se meter a criar um novo imposto a pretexto de garantir a segurança dos motoristas.

A cobrança do DPVAT sempre esteve sujeita a fraudes. Auditorias do Tribunal de Contas da União revelaram que, de 2005 a 2015, houve desvios de R$ 2,1 bilhões do fundo do seguro. Em 2015, a Polícia Federal deflagrou uma operação antifraudes e, no ano seguinte, as indenizações do DPVAT caíram 33,4%. Em 2017, mais de 17 mil pedidos de indenização fraudados foram retidos, somando R$ 223 milhões. Sinal de que os esquemas de assalto ao DPVAT haviam sido reativados.

Nas investigações da PF, foram descobertas indenizações pagas a quem sofrera acidentes andando a cavalo ou de bicicleta. Advogados pediam indenização sem conhecer as vítimas e embolsavam o dinheiro. Um policial civil, preso pela PF, cobrava R$ 100 por boletim de ocorrência fraudulento. Inventou 6 mil desastres de trânsito em um ano. A criação do SPVAT trará nova oportunidade a esse tipo de crime.

> **Estado não precisa obrigar dono de veículo a contratar apólices contra acidentes — sempre sujeitas a fraudes**

O governo tem justificado sua sanha arrecadatória com a necessidade de cumprir as metas fiscais. O caminho para isso não deveria ser criar mais impostos, mas reduzir gastos e aumentar a eficiência da máquina pública. Uma estimativa do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação calcula que, no ano passado, o brasileiro trabalhou até o dia 27 de maio, quase cinco meses, apenas para pagar tributos, mais que americanos, britânicos, argentinos, chilenos, mexicanos ou espanhóis. O Senado ainda tem a chance de rejeitar a ressurreição do DPVAT e evitar que essa situação piore.

Kamila Arruda

Credibilidade fiscal

O governo começa a jogar contra a própria credibilidade na gestão da dívida pública. Antes mesmo de o novo arcabouço fiscal completar o primeiro ano, as regras já começam a ser alteradas de acordo com a conveniência. A Câmara aprovou uma proposta, patrocinada pela Casa Civil, de antecipar um gasto extra de R$ 15,7 bilhões neste ano. Inserida como "jabuti" no projeto que recria o seguro obrigatório de veículos, a medida foi encaminhada ao Senado. O movimento levanta dúvidas sobre a vontade e a capacidade de o governo manter suas contas sob controle.

Pelas regras do arcabouço fiscal, é permitido ao governo gastar mais que o previsto em caso de excesso de receita. Mas só a partir de maio, mediante avaliação dos resultados. Em janeiro e fevereiro, a arrecadação deu um salto, mas a prévia de março sugere que houve um freio. Diante dessa perspectiva, um governo comprometido com as regras que ele mesmo propôs agiria com cautela. Esperaria os próximos resultados para ajustar o gasto à realidade.

Mas talvez seja esperar demais da atual gestão petista. A Casa Civil formulou uma solução de improviso: pedir permissão ao Congresso para antecipar o gasto a que o governo teria direito em maio caso a receita extraordinária se confirme. A manobra revela a vulnerabilidade do arcabouço fiscal.

A queda no endividamento público traria a economia para uma rota virtuosa, permitindo cortes sustentáveis nos juros, com efeitos positivos no investimento e no consumo. Ao que parece, há na Esplanada dos Ministérios quem prefira mirar em ganhos eleitoreiros de curto prazo. Preocupado com a queda na popularidade e com a proximidade das eleições municipais, o governo planeja usar parte dos R$ 15,7 bilhões para conceder reajuste salarial a servidores federais da educação, bastião histórico do PT que ameaça com greve.

Por enquanto, o Ministério da Fazenda garante que a meta de zerar o déficit público neste ano segue valendo. O que a equipe econômica pretende mudar são os objetivos para 2025 (superávit de 0,5% do PIB) e 2026 (1%). A meta exata do ano que vem será fixada no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias, que deverá se enviado ao Congresso até segunda-feira. A discussão da equipe econômica gira entre zero e 0,25%. Reduzir a meta, ainda que possa ser justificável, desferiria mais um golpe na credibilidade fiscal.

Até o momento, a estratégia do governo para controlar as contas públicas se baseia essencialmente no aumento da arrecadação. Com apoio do Congresso em várias propostas para aumentar impostos, as receitas subiram. Mas não na proporção otimista desejada. Desde o começo, sabia-se que a injeção de novo dinheiro seria momentânea. Ninguém foi pego de surpresa.

Ao longo do ano passado, analistas já previam que o governo seria obrigado a mudar as metas. Em princípio, ajustes dessa natureza fazem parte da rotina de qualquer país diante das incertezas da economia. A atitude do governo é problemática por outro motivo. A propensão a pouco — ou nada — fazer para controlar despesas semeia dúvidas num momento em que precisa despertar confiança. O Brasil deve demais para um país de renda média. Isso é uma amarra ao crescimento. Essa é a essência da responsabilidade fiscal. As propostas de antecipar R$ 15,7 bilhões em gastos e de rever metas fiscais são indícios de que ou o governo não a entendeu ou, pior, não quer entender.

*Kamila Arruda é jornalista em Cuiabá

COMERCIAL
comercial@diariodecuiaba.com.br
midia@diariodecuiaba.com.br
Fone: (65)3644-1695

SUCURSAIS
Cáceres: Rua dos Pec quadra 28 casa 03 - bairro Jardim Celeste (Pacaepe) Fone: (0xx65) 3223-0522, 9965-6176 e 8435-3777 Feliosmoca@hotmail.com/diario-freitas@hotmail.com
Barra do Garças: Rua Amaro Leite, 715 - Centro CEP. 78600-000 - fone/fax(0xx66) 3401-1241 - rmaurig@uol.com.br
Tangará da Serra: Rua 40 S/N - Jardim Acabuco CEP. 78300-000 - fone: (0xx65) 3326-3246

REDAÇÃO
Diretor Redação: GUSTAVO OLIVEIRA gustavo@diariodecuiaba.com.br
Editor Executivo:
Editora de Opinião:
Editor de Política: redacao@diariodecuiaba.com.br
Editor de Cidades: redacao@diariodecuiaba.com.br
Editora de Economia: MARIANNA PERES mariannae@diariodecuiaba.com.br
Editor de Brasil/Mundo:
Editor de Esportes:
Editor de Ilustrado:
Redação: Fone (65) 3644-1695 email: redacao@diariodecuiaba.com.br Endereço eletrônico: www.diariodecuiaba.com.br

Por um Brasil eficiente

*** CARLOS RODOLFO SCHNEIDER**

A comemorar a aprovação no Congresso Nacional, ao apagar das luzes de 2023, de uma etapa da reforma tributária, aquela que trata dos impostos sobre o consumo. Foram décadas de discussões, de idas e vindas, para tentar alguma simplificação na caótica estrutura de impostos do país, certamente a mais confusa do planeta. Mas o resultado não foi nota dez. Conseguimos uma nota sete, deu para passar de ano. A quantidade de exceções à alíquota padrão acolhidas nas duas casas do Congresso, garantindo privilégios a grupos de pressão, permitem prever desdobramentos: comprometimento parcial da simplificação que se buscava; aumento da alíquota para os demais setores, não beneficiados com regimes especiais (considerando que por pressuposto o governo não quer perder arrecadação), provavelmente para a alíquota mais alta do mundo; e criação de inúmeras oportunidades para questionamentos judiciais e de atividades buscando enquadramentos favoráveis.

A dificuldade de se fazerem reformas no país, ressalvados alguns importantes avanços nos últimos anos, vem de dois fatores principais: dificuldade da sociedade brasileira de fazer escolhas e a defesa do status quo, de interesses, de privilégios, por grupos, segmentos, regiões. Todos são a favor das reformas desde que não mexam com os seus "direitos", às vezes até transformados em "direitos adquiridos", garantidos constitucionalmente. Isso tem retardado as mudanças e levado a nos conformarmos com o politicamente possível, abrindo mão do necessário. Logicamente num regime democrático as mudanças devem ser negociadas, mas temos nos conformado com avanços modestos, que emperram o crescimento do país.

> "O Estado precisa aprender a gastar com mais eficiência o enorme volume de recursos que já arrecada"

Por definição, a eficiência do gasto público é menor do que a do gasto privado, pelas necessárias amarras e controles que precisa haver no setor público, e pelas variáveis políticas frequentemente presentes na alocação dos recursos. Então, quanto maiores as transferências da sociedade para o Estado, via impostos, maior a ineficiência na alocação de recursos do país. Como o Brasil tem a maior carga tributária entre os países em desenvolvimento, potencializamos a ineficiência. Além do que, estudos têm demonstrado que nós temos a pior relação do planeta entre impostos cobrados e retorno à sociedade. Lembrando que tributos foram criados para que o governo preste serviços, mas são hoje dispendidos majoritariamente para manter a máquina pública. Algo como 20% do PIB. E a discussão não é sobre escolha entre Estado grande ou pequeno, e sim entre Estado forte e ágil versus obeso e ineficiente. Sem desmerecer os muitos bons servidores, que na realidade não são reconhecidos, por receberem o mesmo tratamento dos de baixo desempenho, por falta de uma verdadeira meritocracia.

Como bem destacou a agência de rating S&P Global Ratings Brasil na recente elevação da nota soberana do Brasil, reconhecendo alguns avanços como a reforma tributária: "o componente ausente tem sido a falta de progresso para lidar com os gastos grandes, rígidos e ineficientes do governo". E sabemos que o novo arcabouço fiscal não pretende cuidar do crescimento do gasto, pelo contrário, permite a expansão das despesas acima da inflação, o que exige, de outro lado, um crescimento contínuo da arrecadação. E o Ministro da Fazenda, que deveria estar preocupado com a eficiência do gasto e a sustentabilidade do crescimento econômico, não tem feito outra coisa senão buscar mais impostos para cobrir o crescimento do gasto público. Tanto que o Ministério da Fazenda já vem sendo chamado de Ministério da Arrecadação. Com isso o aumento da carga tributária está sacramentado e o crescimento do Custo Brasil é certo, diante de uma sociedade que não reage, e de um setor financeiro que se preocupa com o equilíbrio das contas públicas, o que é importante, mas não se preocupa com o nível de extração de riquezas da sociedade para cobrir ineficiências públicas, o que é pelo menos igualmente importante.

O Estado precisa aprender a gastar com mais eficiência o enorme volume de recursos que já arrecada. Temos que entender que o avanço vem de gastar melhor e não de gastar mais. Como na educação, onde gastamos perto de 6% do PIB, mais do que países que são referência e têm as melhores colocações no teste PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), em que estamos entre os últimos colocados. Gastar mais significa consumir hoje, gastar melhor significa pensar no amanhã. Os países só evoluem quando investem no futuro, quando conseguem transformar o seu potencial em PIB potencial.

* CARLOS RODOLFO SCHNEIDER - empresário
bruna.nunes@engajecomunicacao.com

A política e a mentira

*** MAURO SERGIO S. DA SILVA**

No Brasil, comemora-se em primeiro de abril o famigerado "Dia da Mentira". Trata-se de uma data de verve jocosa cuja origem remontaria à França do século XVI. Tanto no latim como no grego, a palavra mentira denota discurso falso, imaginado; faltar à palavra dada, fingir, imitar, dizer falsamente. A mentira é tão antiga quanto a vida em sociedade e está presente em todas as esferas e fases da condição humana, incluindo a política.

Para a filósofa Hannah Arendt, a mentira tem uma dimensão interessante, posto que o mentiroso traz à tona a possibilidade do novo. O discurso não factual demonstra que outra realidade é imaginável, ou mesmo, possível. Todavia, a mentira deliberada, organizada e sistemática utilizada com fins políticos tem efeitos deletérios. A propagação estratégica de inverdades é mecanismo nodal de sustentação dos regimes totalitários (nazismo, fascismo e stalinismo, por exemplo) que lamentavelmente persiste nas democracias (como no caso das notícias distorcidas sobre a Guerra do Vietnã).

O livro "A Morte da Verdade. Notas Sobre a Mentira na Era Trump" (Kakutani) descreve como teorias da conspiração e ideologias que já haviam sido totalmente desacreditadas voltaram a ter voz na cultura, colocando em questão elementos factuais, dados empíricos e postulados científicos. Nesta seara, emanam revisões insustentáveis de fatos históricos como a chegada do homem à Lua, negação do aquecimento global; e os disparates como terraplanismo, nazismo de esquerda, ineficácia de vacinas, cura gay, entre outros. Chegamos, segundo Álex Grijelmo, "à paradoxal situação na qual as pessoas já não acreditam em nada ao mesmo tempo em que são capazes de acreditar em tudo".

No Brasil, o site "Aos Fatos", especializado em checagem de dados, apurou que Jair Bolsonaro, em 814 dias como presidente (do início do mandato a 25 de março deste ano) proferiu 2633 declarações falsas ou distorcidas. Em suas asserções desprovidas de veracidade, destacam-se, segundo o levantamento, conteúdos relativos à eficácia da cloroquina, à ausência de corrupção em seu governo, asseverações à imprensa, acusações contra a China, críticas ao STF, discursos em favor do regime militar e dados sobre a pandemia da Covid-19.

Segundo Arendt, é improvável extirpar totalmente a mentira do discurso político. Em contrapartida, afigura-se necessário impedir que narrativas inverídicas sejam a essência da política, evitar que a falácia e a manipulação se convertam nos elementos centrais da estratégia de determinado governo, impossibilitando o surgimento de perspectivas outras.

A mentira sistêmica na política oblitera o real, forja a objetividade, promove o ódio, a intolerância e o terror. É um óbice à pluralidade, à diversidade, ao debate político livre, profícuo e necessário no espaço público. Por isso, "onde todos mentem acerca de tudo o que é importante aquele que conta a verdade começo a agir (...) e terá dado um primeiro passo na transformação do mundo" (H. Arendt), pois, "em uma época de mentiras universais, dizer a verdade é um ato revolucionário" (G. Orwell)

* Prof. Dr. MAURO SERGIO SANTOS DA SILVA, Doutor em Educação (UFU), pós-doutorado em Filosofia (UnB), membro da Academia de Letras e Artes de Araguari.
profmauro.filos@gmail.com

Vinicius Brasilino para Vinicius Junior

*** VINICIUS BRASILINO**

Vini, peço licença. Resolvi te escrever para dizer que de onde estás e daqui onde estou, estamos juntos na luta contra o racismo. Esses dias não têm sido fáceis, eu pelo menos, ainda não consegui absorver aquela imagem de um estádio inteiro te depreciando por ser um jovem preto que é consciente e resiste contra o racismo bravamente em defesa da tua dignidade, da tua história e a do nosso povo.

É visível que a força que sustenta o racismo até hoje no imaginário de uma parcela do povo europeu, infelizmente, ainda tem as marcas do sangue de cada um que foi sequestrado da África para ser escravizado aqui no Brasil e no mundo. Tem o peso de cada grama de ouro e das riquezas que roubaram do continente Africano. É o mesmo ideal dos que outrora nos escravizaram e hoje não mais escravizaram nossos corpos, nem nossas mentes.

Combater o racismo é o desafio do século para um mundo que se propõe a ser diferente, moderno e humano. Mas como fazer? Pois será preciso mudar consciências já formadas, ideologias já construídas. Como podemos modificar um imaginário que há milênios é imposto com regra em uma sociedade completamente diversa? E mais ainda, como tornar o combate ao racismo uma bandeira efetiva de promoção de uma cultura de paz mundial?

Aos 22 anos, com a habilidade profissional e consciência que tu tens, tu és exemplo para o mundo. E sua voz é a potência de um povo que por séculos tentaram silenciar. O racismo em suas variadas formas é cruel e o sofrimento que causa não cicatriza jamais. Porém, é com mesmo brilho no olhar que se comemora um gol, com a mesma garra de um contra-ataque precisaremos enfrentar o racismo. Por horas, tem-se a impressão que estamos a sós. Às vezes pergunto, "se não eu, quem faria?" E percebo que em vários lugares e de diversas formas tem pessoas que lutam contra essa chaga que é o racismo. Porém, é preciso unificar essas vozes.

A luta institucional é necessária, ocupar os espaços e modificar as regras, denunciar e criar políticas públicas é fundamental em todo o mundo para que essa prática abominável, violenta, antidemocrática e desumana seja extirpada, mas a mobilização do povo negro é indispensável. Seja esse expoente no mundo, aliás, você já é. Virá um novo Rei Pelé no campo e com ele a luta atual de seu povo por plena liberdade. Tem nome: Vinicius Junior! Um forte, afetuoso e fraterno abraço de outro Vinicius, o Brasilino. Conte comigo!

* VINICIUS BRASILINO é estudante do Bacharelado de Ciência e Tecnologia da UFMT e secretário para as Relações Raciais da APOLGBTQI-MT, coordenador de Juventude da Rede Nacional de Religiões Afrobrasileiras e Saúde-MT.
sandracarvalho100@gmail.com

Cuiabá Urgente

Pelo Brasil

Gisela Simona (União) representa a bancada negra do Congresso Nacional na sessão do Fórum Permanente sobre Afrodescendentes, em Genebra, na Suíça.

Ela

Gisela é suplente de deputada federal e ocupa a cadeira de Fábio Garcia, que se licenciou para chefiar a Casa Civil do governador Mauro Mendes.

Definição

O ex-prefeito Tião da Zaeli (PL) será companheiro de chapa da advogada Flávia Moretti (PL), a pré-candidata bolsonarista a prefeita de Várzea Grande.

Composição

Praticamente certo em Rondonópolis, que o vice na chapa do pré-candidato a prefeito Cláudio Ferreira (PL) será o médico e ex-presidente da Câmara, Hélio Pichione.

Ele

O ginecologista Hélio Roberto Pichione é filiado ao Podemos, cumpriu cinco mandatos consecutivos de vereador e presidiu a Câmara Municipal de Rondonópolis.

Fora!

A Funai com apoio da PF e da Força Nacional desencadeou a Operação Ouro Viciado, para expulsar garimpeiros na Terra Indígena Sararé, em Pontes e Lacerda.

De novo

Jair Bolsonaro participa da feira agropecuária e de tecnologia Norte Show, em Sinop, nesta quarta-feira, 17. Será sua segunda visita a Mato Grosso neste ano.

Comitiva

Em Sinop, Bolsonaro ficará ao lado do prefeito Roberto Dorner (PL), que é pré-candidato à reeleição. Wellington Fagundes e os deputados do PL acompanharão Bolsonaro.

Elas

Em Nova Brasilândia uma mulher tentará a sucessão feminina na prefeitura. A servidora pública municipal, advogada e professora Ana Augusta (PSB) é pré-candidata a prefeita e quer suceder a prefeita reeleita Marilza Augusta (MDB). Ana Augusta é mulher do vereador Eutímio Francisco de Campos (PSB). Nova Brasilândia tem 3.900 habitantes.

Evento

O Hospital de Câncer de Mato Grosso (HCanMT) promove a palestra "Seja sua melhor versão", com o palestrante Pacífico Júnior, especialista em Inteligência Emocional.

SOS HCanMT

A palestra será na sexta-feira (19), às 18h30, no auditório do hospital. O ingresso a preço simbólico de 9,90 será revertido para as receitas do HCanMT.

Crise?

No primeiro trimestre deste ano Mato Grosso abateu 1,76 milhão de cabeças bovinas em suas plantas frigoríficas para consumo interno e exportação.

Campeões

Cinco produtores familiares de queijo de Mato Grosso foram premiados na terceira edição do concurso "Mundial de Queijo do Brasil", realizado em São Paulo.

Finalmente

Depois de demorada queda de braço com a Prefeitura de Alta Floresta, finalmente a magazine Havan iniciou a construção de sua filial naquela cidade.

Empregos

A loja terá 8.828 m² e será inaugurada ainda neste ano. A Obra gera 120 empregos diretos e a empresa em funcionamento abrirá 250 postos de trabalho diretos.

Ao martelo

Em 8 de maio a Prefeitura de Cuiabá leiloa on-line 144 veículos diversos e 45 sucatas de veículos, que estão recolhidos ao pátio há mais de 60 dias.

Agasalho

Uma campanha desenvolvida pelo Instituto Mário Cardi Filho em parceria com o TRE e a Prefeitura de Cuiabá arrecada roupas para pessoas em situação de rua.

Destinação

A campanha prossegue até a quinta-feira (18) e as roupas arrecadadas serão repassadas ao Cabide Solidário, da prefeitura, que fará a entrega aos beneficiários.

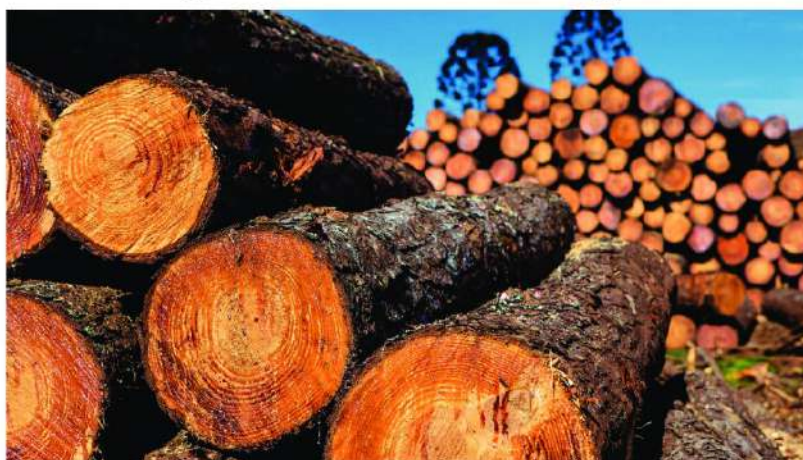
MERCADO INTERNACIONAL | As vendas externas de produtos florestais neste período movimentaram US$ 104,6 milhões

Setor florestal de Mato Grosso fatura US$ 104,6 milhões em negócios com 61 países

MARIANNA PERES
Da Reportagem

Indústrias madeireiras de Mato Grosso negociaram com 61 países em 2023. As vendas externas de produtos florestais neste período movimentaram US$ 104,6 milhões, destacando-se o comércio com os Estados Unidos (US$ 16,7 milhões), Índia (US$ 13 milhões) e China (US$ 11 milhões). Entre os itens embarcados para o exterior predominam remessas de madeira bruta, serrada e perfilada, conforme detalhamento do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic). Somente no primeiro trimestre de 2024 foram faturados US$ 18,3 milhões com embarques de 16,6 mil toneladas de madeira, complementa o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa). Estes números posicionam Mato Grosso como o quarto maior exportador de madeira brasileira.

A ampliação do acesso dos produtos florestais de Mato Grosso para mercados consumidores, dentro e fora das fronteiras do Brasil, vem sendo conquistada aos poucos, diz o presidente do Centro das Indústrias Produtoras e Exportadoras de Madeira do Estado de Mato Grosso (Cipem), Ednei Blasius. Em 2024, empresários de base florestal irão representar o estado nos principais eventos nacionais e internacionais do setor, em São Paulo e na França. Também está confirmada para este 1º semestre a 5ª edição do Dia na Floresta, no município de Alta Floresta, onde será destacada a produção por meio de Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e realizada rodada de negócios. No ano passado, o Cipem participou de eventos internacionais, sendo representante do Brasil na China e Índia.

"Mato Grosso tem 4,7 milhões de hectares de florestas manejadas e conservadas; produziu 7 milhões de metros cúbicos (m3) de madeira em 2022 e recolheu R$ 66 milhões em impostos. É um setor importante para economia estadual, sendo o principal gerador de receita em vários municípios. Emprega 10 mil pessoas, além de ter um sistema de rastreamento da produção florestal (Sisflora 2.0) que é o mais eficiente do mundo, garantindo a procedência e legalidade dos produtos mato-grossenses", destaca Blasius. Em Mato Grosso, o Cipem congrega 8 sindicatos e 523 indústrias, localizadas em 66 dos 141 municípios do Estado, empregando 12.712 pessoas. "Queremos avançar mais, no mercado interno e internacional", afirma Blasius.

As vendas externas de produtos florestais neste período movimentaram US$ 104,6 milhões, destacando-se o comércio com os Estados Unidos

Neste sentido, o setor busca solucionar problemas que travam o comércio de madeira nativa, como a demora de até 4 meses na liberação das mercadorias nos portos marítimos brasileiros. Para agilizar as exportações locais, uma alternativa viável é o Porto Seco, em Cuiabá, possibilitando inclusive atender estados do Norte, diz o presidente do Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal (FNBF), Frank Rogieri. Ampliar o efetivo de servidores nos portos é outra solução para resolver entraves e acelerar os embarques internacionais dos produtos florestais. "Pedimos apoio da CNI (Confederação Nacional da Indústria) para viabilizar a normalidade das exportações", conclui.

Outra solução implementada em 2024 para desburocratizar, ampliar e fortalecer o comércio de madeira nativa obtida de Planos de Manejo Florestal Sustentável no Estado (PMFS) incluem o lançamento da Prática Recomendada ABNT PR 1020 - Manejo de floresta tropical nativa, norma que valoriza o manejo florestal, endossado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). "Com isso, haverá mais segurança para o cliente ao comprar produtos com rastreabilidade e ecologicamente sustentáveis", pontua o presidente do Cipem.

AGRO

Produtor rural não pode errar com a venda da soja, alertam especialistas

ALECY ALVES
Da Reportagem

Cuiabá, capital mato-grossense e também do agronegócio brasileiro reuniu pesquisadores, produtores rurais, consultores e profissionais da área agrícola para um dos principais eventos técnicos da cadeia da soja, que ocorre logo depois da colheita do grão, e discute temas relevantes para a produção da oleaginosa, apresenta novas tecnologias e revela resultados de pesquisas.

Em comum, os especialistas Carlos Cogo (Cogo Inteligência em Agronegócio) e Alexandre Mendonça de Barros (MB Agro) trouxeram alertas importantes para o setor produtivo, principalmente relacionados à comercialização das safras, em que muitos agricultores seguram a venda da produção e podem perder oportunidades de negócios.

Um mês do término da colheita da soja nas principais regiões produtoras do Estado, as negociações do grão ainda avançam de forma lenta em Mato Grosso

De acordo com o Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária (IMEA), mesmo depois de quase um mês do término da colheita da soja nas principais regiões produtoras do Estado, as negociações do grão ainda avançam de forma lenta em Mato Grosso. Até o começo da semana, pouco mais de 55% da produção da safra 2023/24 foram negociados. O atraso na comercialização se estende para a próxima safra. A venda da produção da safra 2024/25, que ainda será cultivada a partir de setembro deste ano, segue o mesmo posicionamento, tendo um dos mais baixos registros de vendas dos últimos cinco anos.

Carlos Cogo apresentou projeções de valores da soja tendo como base o município de Sorriso, em Mato Grosso. Segundo análise, a saca deve atingir o menor preço a partir de março de 2025, em torno de R$105,00. A queda chama a atenção para a necessidade de o agricultor vender a produção de forma bem planejada.

"A La Niña vai pegar praticamente toda temporada no Brasil, grande chance de elevar a produção, ou seja, elevar os estoques globais e manter pressão negativa sobre os preços. No curto prazo, tem pouco a ser feito por parte do produtor, a não ser começar agora as vendas antecipadas, fixações de preços, principalmente quando surgir bons momentos em função da La Niña. Boa gestão e estratégia de venda dos grãos devem fazer parte do cronograma do produtor para próximo ano, não estocar os grãos é uma boa iniciativa, para justamente evitar encontrar no primeiro semestre do ano que vem o cenário mais provável que é prêmios, bens negativo dos portos, preços caindo mais do que a própria plantação futura e tentar alocar e realocar a maior parte possível da sua comercialização para o segundo semestre do próximo ano", explica Dr. Carlos Cogo, pós-graduado em Agronegócios pela Universidade Federal do Paraná, com especialização em Análises de Mercados.

Para Alexandre Mendonça de Barros, engenheiro agrônomo e doutor em Economia Aplicada, o dever de casa para o produtor é sempre assegurar a venda parcial de grãos para cobrir os custos de produção.

"Não há um cenário muito construtivo para formação de preços de soja. Obviamente pode não chover, pode quebrar a safra americana, mas neste momento o ambiente climático é neutro nos Estados Unidos e no caso da América do Sul, com La Niña, a aposta internacional é que a safra brasileira seja melhor e que o cerrado tenha uma produção mais significativa. O produtor não precisa vender tudo, de maneira alguma! Mas eu já me moveria na intenção de fazer trocas. Temos visto alguns custos bem interessantes diante do preço futuro da soja, ainda que muito mais baixo", comenta o palestrante Dr. Alexandre Mendonça de Barros.

NO MAPA

Boas práticas de integridade levam sementeira de MT a alcançar nova certificação

MARIANNA PERES
Da Reportagem

O agronegócio brasileiro está entre os mais reconhecidos em todo o mundo e desempenha hoje papel fundamental no contexto alimentar, econômico e ambiental. O segmento favorece o crescimento e o desenvolvimento sustentável de forma global e, parte desse sucesso, é protagonizado diretamente por empresas nacionais do setor. Entre elas, está a mato-grossense Girassol Agrícola, referência na produção de sementes, e que acaba de ser certificada, pela segunda vez, com o Selo Mais Integridade do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

Em sua sexta edição (2023/24), o Selo foi instituído com o objetivo de fomentar, reconhecer e premiar empresas e cooperativas do agronegócio que, reconhecidamente, desenvolvam boas práticas de integridade, ética, responsabilidade social e sustentabilidade ambiental. A sementeira, por sua vez, já havia conquistado a categoria Selo Verde em 2022/23, que é a primeira versão da certificação, durante solenidade realizada no auditório da Apex Brasil, em Brasília (DF), recebeu o reconhecimento com o Selo Amarelo.

No total, 39 empresas e cooperativas se inscreveram nesta edição, de acordo com o Mapa, das quais 27 foram premiadas. As que receberam o Selo Amarelo pela primeira vez foram nove, apenas duas de Mato Grosso, entre elas a Girassol Agrícola. Outras 11 empresas receberam o Selo Verde e sete foram contempladas com a renovação da versão Amarela.

PROGRAMA DE INTEGRIDADE - Para obter as certificações, a Girassol Agrícola vem desde 2021 implementando ações, através de um robusto Programa de Integridade desenvolvido pela área de Compliance. Ainda naquele ano, elaborou seu Código de Ética e Conduta, políticas internas de Anticorrupção, Compliance, Conflito de Interesses, criou o Comitê de Integridade, implantou o Canal de Denúncias e passou a realizar treinamentos internos para fortalecer a cultura de integridade da empresa.

Além dessas iniciativas, a companhia teve aprovado o seu cadastro junto ao Agro Íntegro, também vinculado ao Mapa, e assinou o Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção pelo Instituto Ethos, sendo considerada uma "Empresa Limpa". A partir desta soma de práticas desenvolvidas durante dois anos, e que juntas cumpriram com todos os requisitos da portaria da certificação, foi possível receber a versão verde do Mais Integridade. E agora, com o reconhecimento da versão Amarela, a empresa reafirma que está no caminho certo.

Neusa Lopes da Costa, diretora executiva da Girassol Agrícola, destaca que ética e transparência estão entre os valores da companhia, advindos de seu fundador, o empresário Gilberto Flávio Goellner. "Entendo ser esse o nosso diferencial, pois já está no DNA da empresa, o que fizemos foi buscar a implantação do programa para perpetuar esses valores", pontua a profissional.

Para tornar possível a migração do Selo Verde para o Amarelo, foram realizadas, entre outras atividades, diversas ações internas e treinamentos com os colaboradores de todas as unidades da Girassol, localizadas em Mato Grosso, Goiás e na Bahia. Janielly Lopes, Compliance Officer e responsável pelo Programa de Integridade, ressalta que os treinamentos agregam muito para o trabalho da cultura de integridade.

CONGRESSO NACIONAL

Presidente da Câmara pediu para líderes consultarem bancadas sobre matérias que tratam das 'prerrogativas parlamentares'

Lira dá início a plano para reagir ao STF e manda recado ao Planalto

VICTORIA AZEVEDO
Da Folhapress - Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), deu início nesta terça (16) ao plano para reagir ao STF (Supremo Tribunal Federal) diante do aumento do clima de insatisfação com a corte entre parlamentares. Um grupo de trabalho será instalado para tratar da limitação de poderes da corte perante o Legislativo.

Em reunião com líderes, o presidente da Casa também colocou na mesa a possibilidade de dar andamento a CPIs (Comissão Parlamentar de Inquérito) que já têm assinaturas suficientes para serem instaladas.

O gesto foi entendido como um recado ao Palácio do Planalto, já que comissões do tipo sempre causam preocupação ao governo e poderão atrapalhar o andamento de matérias de interesse para o Executivo em plenário.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), em Brasília - Pedro Ladeira - 19.mar.24/Folhapress

Nos últimos dias, aumentou a tensão entre o Legislativo e o Judiciário. Desde o começo do ano, parlamentares se queixam da atuação do Supremo, afirmando que a corte e seus ministros ultrapassam os limites e desrespeitam a autonomia dos Poderes.

As críticas cresceram após operações da Polícia Federal mirarem deputados e, mais recentemente, com a decisão da corte de prender o deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ), suspeito de ser um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ).

Além disso, o avanço do julgamento sobre o foro especial no tribunal também contrariou parlamentares. Com o caso de Brazão, o centrão se somou ao apelo de aliados de Jair Bolsonaro (PL) para responder ao que considera interferências indevidas do STF no Congresso Nacional.

Lira indicou a aliados a intenção de avançar com a PEC (proposta de emenda à Constituição) que altera as regras do foro, caso o tema avance no STF. Na última sexta, a corte formou maioria, com o voto do presidente Luís Roberto Barroso, para ampliar o alcance do foro especial de autoridades.

Como a Folha mostrou, em fevereiro, o presidente da Casa pediu a líderes para que eles consultassem suas respectivas bancadas sobre a viabilidade de matérias que tratam do que os parlamentares chamam do "respeito às prerrogativas".

Além de proposta que trata do fim do foro especial, também foi discutido naquele momento uma que determina que medidas judiciais contra parlamentares só possam ocorrer após aval da Mesa Diretora da Câmara e do Senado.

Nesta terça (16), líderes disseram topar a discussão de matérias sobre as prerrogativas dos parlamentares. Apesar disso, não foi determinado qual será o escopo do grupo de trabalho ou seu fio condutor e, segundo relatos, também não foi definido prazo para formalização ou início das atividades do grupo. Há uma avaliação entre alguns líderes de que é preciso amadurecer o tema ainda.

"É um grupo de trabalho para juntar todas as propostas que existem aqui na Casa que tratam das prerrogativas parlamentares, para fazer um filtro e ver o que é possível andar ou não", diz à Folha o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE).

A ideia do grupo, dizem deputados, é elaborar uma proposta que seja consensual entre os parlamentares. Além disso, eles pontuam que é necessário alinhar o andamento da eventual matéria com o Senado, para evitar que ela seja engavetada.

Nesta terça, Lira indicou aos líderes que deverá instalar CPIs. Atualmente, há oito delas que aguardam a formalização, entre elas uma que pretende investigar "a violação de direitos e garantias fundamentais, a prática de condutas arbitrárias sem observância do processo legal, inclusive a adoção de censura e atos de abuso de autoridade por membros do STF e do TSE [Tribunal Superior Eleitoral]".

Outros pedidos tratam de comissões para investigar denúncias de exploração sexual infantil na ilha do Marajó (PA), o crime organizado no Brasil, o aumento de uso de crack no país e os casos de cancelamento unilateral, falta de repasse e outras irregularidades das empresas de vendas de passagens promocionais, hospedagens e serviços similares. Os deputados deverão escolher quais deverão ter andamento.

Um líder do centrão diz, no entanto, não acreditar que Lira levará as CPIs adiante, dizendo que isso serviu para ser um recado ao Executivo.

Nessa linha, conforme parlamentares ouvidos pela reportagem, o presidente da Casa disparou outro recado ao Palácio do Planalto, impondo uma derrota ao Executivo ao aprovar um requerimento de urgência que mira a atuação de movimentos sociais que lutam pela reforma agrária num momento em que o presidente Lula fez gestos ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Na noite de terça, foi aprovado, por 297 votos contra 111, um requerimento de urgência de um projeto que prevê que invasores de propriedades serão impedidos de receber auxílios e benefícios de programas do governo federal, assim como de tomar posse em cargos ou funções públicas. Agora, os parlamentares precisarão analisar o mérito da proposta.

Lira não presidiu a sessão no momento dessa votação, o que já foi lido por governistas como uma sinalização de que seria imposta uma derrota ao governo.

O recado ocorre no mesmo dia que o Executivo exonerou Wilson César de Lira Santos, primo de Lira, do cargo de superintendente regional em Alagoas do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para atender a um pedido do MST e um dia após o governo ter lançado um programa de reforma agrária no país.

A votação do requerimento foi criticada por parlamentares governistas. O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), disse no plenário que não havia sido acordado na reunião com as lideranças e Lira que essa matéria seria apreciada nesta terça e acusou os colegas de descumprimento de acordo.

O líder do PSB na Câmara, Gervásio Maia (PSB-PB), endossou as críticas de Guimarães e disse que é preciso que os parlamentares que integram a base do governo atuem como base aliada. Ele também fez um apelo para que Lira presidisse a sessão para evitar as votações..

GOVERNO LULA

Governo Lula precisa de R$ 50 bi em receitas extras para cumprir meta de 2025

ADRIANA FERNANDES E IDIANA TOMAZELLI
Da Folhapress - Brasília

O governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai precisar de cerca de R$ 50 bilhões em receitas extras para cumprir a nova meta fiscal zero para as contas públicas de 2025.

Mesmo com o afrouxamento em relação ao alvo anterior, um superávit de 0,5% do PIB (Produto Interno Bruto), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, terá de buscar arrecadação adicional para conseguir entregar o resultado no centro da meta.

As medidas terão de ser aprovadas até o final deste ano para ajudar a ampliar as receitas no próximo ano, segundo integrantes da equipe econômica ouvidos pela Folha.

Os detalhes ainda serão anunciados, mas são ações para recompor a arrecadação fechando brechas na legislação tributária, na linha do que já foi feito em 2023.

Não está nos planos do governo elevar alíquotas de impostos. O governo também não conta com a aprovação, ainda neste ano, da taxação de lucros e dividendos distribuídos pelas empresas a seus acionistas. A ideia é enviar o projeto de reforma da renda em 2024, mas sua aprovação deve ficar para o ano que vem.

A necessidade de novas receitas pode ficar ainda maior, caso o Congresso Nacional imponha uma derrota ao Executivo nas discussões em torno da desoneração da folha de salários de empresas e municípios e da isenção tributária para o setor de eventos por meio do Perse.

A renovação desses benefícios na íntegra teria, ao todo, um impacto adicional de R$ 32 bilhões.

O Ministério da Fazenda ainda tenta negociar um meio-termo no Legislativo, mas a proposta enfrenta resistência dos congressistas em um ano de eleições municipais e já em meio a articulações para a sucessão na Mesa Diretora da Câmara e do Senado.

Como alternativa, a Fazenda defende questionar judicialmente a desoneração da folha dos municípios e das empresas no STF (Supremo Tribunal Federal). Essa possibilidade já foi sinalizada por Haddad.

Representantes do governo já alertaram líderes da Câmara e do Senado sobre o cenário fiscal complexo para os próximos meses.

O diagnóstico da Fazenda é que, mesmo com a flexibilização da meta, zerar o déficit será muito difícil no próximo ano, o que exigirá também o esforço fiscal de todos os Poderes para barrar medidas que gerem perda de arrecadação ou elevem despesas.

Por outro lado, se a meta anterior fosse mantida em 0,5% do PIB, o tamanho das novas medidas de arrecadação precisaria ser tão grande que teria impacto negativo sobre a atividade econômica — ou cairia em descrédito diante das dificuldades políticas para aprová-las. Por isso, segundo um interlocutor, a opção do governo foi manter a agenda, mas dosar o remédio.

A nova meta fiscal para 2025 foi estabelecida no PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias), enviado ao Congresso nesta segunda-feira (15).

O projeto prolongou o prazo do ajuste fiscal na direção de um superávit das contas capaz de estabilizar a trajetória de alta da dívida pública.

A meta de 2026 foi alterada de resultado positivo de 1% para 0,25% do PIB. Para os anos seguintes, o governo indicou alvos de superávit de 0,50% do PIB em 2027 e 1% do PIB em 2028.

A revisão da meta foi mal recebida pelos analistas do mercado financeiro e colocou em xeque a capacidade de o governo entregar a meta também neste ano. A promessa para 2024 é de déficit zero.

STF

STF se vê sob ataque, e ministros recorrem a Lula por apoio

CATIA SEABRA
Da Folhapress - Brasília

O aumento do clima de insatisfação no Congresso com a atuação do Supremo Tribunal Federal foi um dos principais assuntos de um jantar entre o presidente Lula (PT) e quatro ministros da corte na noite desta segunda-feira (15) em Brasília.

Segundo relatos colhidos pela Folha, o tom da conversa foi de preocupação com o avanço das reclamações e principalmente com a constatação de falta de ação por parte de políticos mais alinhados para blindagem do tribunal.

A percepção de que o clima vem se deteriorando em relação ao STF se acentuou após as acusações por parte de Elon Musk contra Moraes sobre censura, ao criticar ordens de bloqueio de contas na rede social X.

O jantar ocorreu na casa de Gilmar Mendes, em Brasília. Além deles, estavam presentes os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes, o principal alvo de críticas no Congresso. Lula foi acompanhado dos ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

No fim de 2023, quando a pauta anti-STF ameaçava avançar no Senado, Arthur Lira (PP-AL) vinha garantindo nos bastidores que não permitira que esses temas andassem na Câmara. A situação agora mudou. Lira passou a articular formas de limitar os poderes da corte.

No jantar, os ministros pediram ao presidente da República maior empenho do governo em defesa da democracia e do próprio Supremo, explicitando a visão de que a corte está sob ataque.

Segundo um dos participantes, a avaliação foi a de que o STF vem assumindo um protagonismo contra iniciativas antidemocráticas e, por isso, é alvejado pela direita. Um dos diagnósticos foi a falta de um coro governista em defesa de propostas encampadas pelos ministros, como a questão da regulação das redes.

Entre integrantes do centrão, há uma lista de episódios que provocaram aumento de insatisfação com o Supremo: buscas e apreensões autorizadas contra parlamentares, manutenção de sigilo em diversos casos relatados por Alexandre de Moraes e prisão do deputado Chiquinho Brazão (sem partido-RJ) sem existência de um flagrante.

Os participantes do jantar também listaram medidas do Congresso que acabam por exigir uma resposta do Judiciário e elevam a tensão entre os Poderes.

Entre o exemplos citados, estão o marco temporal das terras indígenas, o projeto que acaba com as saídas temporárias de presos e a proposta para criminalização do porte de drogas — este na contramão da tendência de descriminalização da maconha para uso pessoal em avaliação pelo STF.

Lula teria concordado com a necessidade de maior ajuda da base governista. Mas o jantar não tinha objetivo a adoção de medidas práticas. Segundo pessoas ouvidas pela reportagem, outros encontros semelhantes deverão ocorrer nas próximas semanas, para novas avaliações de cenário.

PARIS 2024 | Cidade terá novas áreas verdes e novas linhas de metrô, mas transporte ainda é preocupação

Público que for aos Jogos Olímpicos encontrará Paris transformada

ANDRÉ FONTENELLE
Da Folhapress - Paris

No metrô lotado em plena manhã de sábado em Paris, uma passageira irritada desabafa: "Imagine aux JO". "JO" (pronuncia-se "jiô") é como os franceses chamam os Jogos Olímpicos, que serão oficialmente abertos no dia 26 de julho. Esse "imagina nos Jogos" é a versão local do clássico "imagina na Copa" repetido à exaustão pelos brasileiros dez anos atrás.

Notórios pelo mau humor, os parisienses encaram a proximidade dos Jogos com um misto de orgulho e terror. Segundo pesquisa feita no mês passado pela Ipsos, 47% dos moradores pretendem fugir da cidade durante o evento.

Entre os transtornos mais temidos está o QR Code necessário para circular nas zonas restritas, como no auge dos "lockdowns" da Covid-19. O governo promete colocar trens extras nos horários de pico. Por via das dúvidas, lançou o site "Anticiper les Jeux" ("Antecipar os Jogos"), onde a população pode se programar para fugir dos engarrafamentos.

Quem for aos Jogos Olímpicos e Paralímpicos vai encontrar uma cidade transformada. Linhas de metrô novas e mais modernas, mais acessibilidade, novas áreas verdes e centenas de quilômetros de ciclovias aguardam os 15 milhões de visitantes previstos para o período de competição.

"Não transformamos a cidade apenas para organizar uma competição. Pensamos no pós-Olimpíada. Estamos ansiosos para acolher os turistas estrangeiros, para mostrar a eles esse conceito de transformar Paris e região em uma grande praça de esportes. É, de certa forma, a assinatura destes Jogos", disse à Folha Tony Estanguet, presidente do Comitê Organizador de Paris-2024.

Desde o dossiê de candidatura, um dos trunfos de Paris foi o plano de usar os Jogos como vitrine para os monumentos mundialmente conhecidos da cidade: vôlei de praia aos pés da torre Eiffel; skate na praça de La Concorde; equitação em Versalhes.

Essas estruturas, hoje em construção, serão provisórias, mas outros legados serão permanentes. Haverá sete hectares de novos espaços verdes. A Vila Olímpica ocupa uma antiga área degradada à beira do rio Sena, transformada em um bairro moderno e arborizado, com 2.800 novas residências e, segundo os construtores, exatas 8.876 árvores e arbustos.

Trabalhadores montam estrutura perto do obelisco na praça de La Concorde

Uma das transformações mais evidentes, para o estrangeiro, será o prolongamento de uma linha de trem, duas de metrô e quatro de bonde. A linha 14 do metrô, já em operação, atravessa a cidade no eixo norte-sul, ligando diretamente Orly, segundo maior aeroporto internacional de Paris (onde pousam voos da Azul procedentes de Viracopos), ao Stade de France, principal estádio dos Jogos. Linhas antigas foram totalmente renovadas e automatizadas, como a 4, que interliga diversas estações de trem da cidade.

Será possível chegar de bicicleta a qualquer local de competição. Serão 415 quilômetros de ciclovias, que custaram quase 30 milhões de euros (cerca de R$ 165 milhões). Mais de 2.000 bicicletas elétricas serão disponibilizadas. A prioridade ao pedal é um orgulho parisiense: nesta semana, a prefeita Anne Hidalgo anunciou que pela primeira vez a bicicleta suplantou o carro como meio de transporte mais usado na capital.

Com promessa de temperaturas altas, o governo promete distribuir água gratuitamente por toda a cidade. No verão de 2022, os termômetros atingiram 40 graus em Paris.

Vários monumentos foram reformados. O vetusto Grand Palais, perto dos Champs-Elysées, um dos museus mais conhecidos de Paris por sua cúpula de vidro, passou por três anos de obra. Depois de abrigar as competições de esgrima e taekwondo, será reaberto ao público inteiramente renovado.

Outro grande monumento, porém, não ficará pronto a tempo dos Jogos. A reinauguração da catedral de Notre-Dame, cinco anos depois de um incêndio que quase a destruiu completamente, está marcada para 8 de dezembro, dia da Imaculada Conceição. Porém será possível ver por fora a igreja em seu esplendor, inclusive com a recém-instalada agulha de 96 metros de altura.

Outra dúvida está relacionada à despoluição do rio Sena. O plano inicial era que a população pudesse tomar banho no rio já neste verão, algo proibido há um século devido à má qualidade da água. Mas o trabalho de despoluição ainda não deu o resultado esperado. A ministra dos Esportes, Amélie Oudéa-Castéra, já fala em 2025 como prazo para a liberação do banho de rio.

PASSAGEM CARA

Um ponto que certamente vai desagradar muitos turistas estrangeiros nos Jogos é o preço das passagens de metrô. A presidente do Conselho Regional da região parisiense (uma espécie de governadora de estado), Valérie Pécresse, decidiu quase duplicar o preço do bilhete unitário, de 2,15 euros para 4 euros (de R$ 12 para R$ 22, aproximadamente), apenas durante o período dos Jogos.

É possível driblar o aumento de duas formas: pedindo a algum conhecido em Paris que carregue um cartão magnético antes dos Jogos, ao preço antigo; ou comprar um passe semanal de 70 euros (R$ 380), que permite viagens ilimitadas, mas só vale a pena se o turista faz pelo menos quatro trajetos diários.

A Folha questionou Pécresse sobre o valor elevado da passagem. "Para os turistas, brasileiros ou não, francamente, não há dúvida: a racionalidade manda comprar o passe. O preço é regressivo, muito mais prático, inclui o acesso ao aeroporto e ainda pode ser comprado online", respondeu ela.

Segundo Pécresse, o objetivo do preço, que ela mesma define como "proibitivo", é desestimular filas nos guichês durante os Jogos. Os críticos apontam que em outros grandes eventos, como a Copa do Mundo do Qatar em 2022, o transporte público era gratuito para os detentores de ingressos.

DIÁRIO DE CUIABÁ

MODA
Gays e héteros trocam de guarda-roupas com cropped, camisa de time e bermudona
Página E3

ILUSTRADO

ARTE **Andy Warhol e Maxwell Alexandre, que não comenta o caso, foram processados por reproduzirem fotos em suas obras**

Como ações de plágio contra artistas põem em xeque a história da arte ocidental

ALESSANDRA MONTERASTELLI
DA FOLHAPRESS - SÃO PAULO

De Marilyns Monroes coloridas a reproduções de caixas de sabão em pó Brillo e latas de molho Campbell's que contestavam a originalidade na era do consumo em massa, Andy Warhol se tornou o mestre da apropriação e mudou os rumos da arte ocidental.

Até que, três décadas após sua morte, em 2016, a fotógrafa Lynn Goldsmith processou a fundação que leva seu nome, dizendo que Warhol teria violado seus direitos autorais ao produzir serigrafias com o rosto de Prince. Elegante e sensual, o rapaz que cantava os devaneios libertinos em oposição ao belicismo de Ronald Reagan já era um fenômeno do pop mundial e tinha lançado há pouco o álbum "Controversy".

O processo, com decisão favorável da Suprema Corte americana à fotógrafa, foi um marco. Ele pôs em xeque todo o curso da história da arte ocidental, ancorada na reprodução de símbolos culturais, e influencia uma série de litígios ao redor do mundo, inclusive no Brasil — onde Maxwell Alexandre, um dos maiores nomes da arte contemporânea nacional, conhecido por representar a periferia em suas pinturas, também é processado por um fotógrafo.

Goldsmith havia licenciado um dos retratos de Prince para a Vanity Fair. A revista, por sua vez, comissionou Warhol para fazer as serigrafias usando a foto como referência. Ela argumenta que foi só em 2016, com a morte de Prince, que descobriu a série com seu clique — uma delas, laranja, tinha acabado de ser publicada pelo periódico em homenagem ao cantor, com licenciamento da Fundação Andy Warhol.

Em primeira instância, a Justiça decidiu a favor de Warhol, argumentando que o artista teria agido dentro dos limites do "fair use". É um conceito legislativo americano que permite o uso de uma obra por outro artista sob algumas condições — a principal é que a estética e o sentido da obra original tenham sido transformados sem finalidade comercial.

Mas a corte de apelação discordou, e a Suprema Corte concluiu, em maio passado, que a obra de Warhol tinha "substancialmente o mesmo propósito" da fotografia e que o artista violou os direitos autorais da fotógrafa. Segundo os juízes, a serigrafia não só reproduzia a foto como tinha fins comerciais, por ter sido estampada em uma revista.

A decisão chocou críticos, jornalistas e curadores de arte americanos. "Isso atinge diretamente a forma como os artistas de hoje foram educados para fazer e compreender a arte", escreveu o Museu do Brooklyn, de Nova York, num documento apresentado à Suprema Corte e publicado no The New York Times.

"O ato de reter os elementos essenciais de uma imagem existente é todo o trabalho de Warhol. Há muita coisa que os juízes podem fazer com um toque de caneta, mas reescrever a história da arte não é uma delas. Eles precisam lidar com a apropriação como uma das grandes inovações artísticas da era moderna", escreveu Blake Gopnik, crítico e historiador da arte, também no jornal americano.

No Brasil, o fotógrafo Márcio Carvalho está processando Maxwell Alexandre, depois que o artista pintou uma tela que reproduz personagens de três fotografias de sua autoria. A tela seria vendida por R$ 375 mil, segundo o processo.

Procurado desde o início de dezembro por telefone e WhatsApp, Alexandre não se manifestou até a publicação desta reportagem. Seu advogado, Álvaro Piquet, afirmou que o artista não vai se manifestar porque desconhece o teor do processo. A galeria Millan, que o representa, não quis comentar o caso.

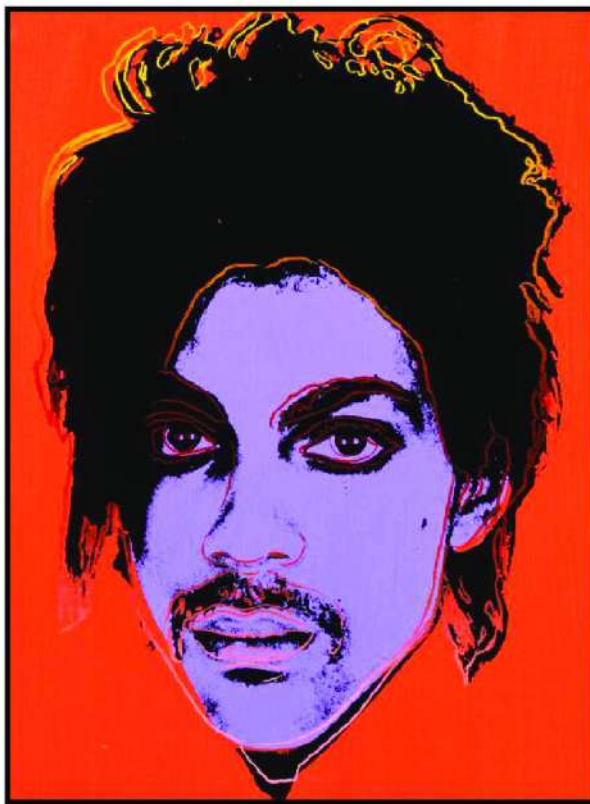
O caso desperta discussões jurídicas complexas. Segundo José Carlos Netto, desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo especializado em direitos autorais, "qualquer obra, para ser utilizada, demanda autorização prévia e indicação de autoria".

Ele diz que uma pintura feita a partir de uma fotografia é enquadrada como uma "obra derivada" — isto é, surge a partir de outra preexistente e, por isso, precisa de autorização do autor. A exceção, para a legislação brasileira, é quando não é possível identificar a autoria da obra original.

Mas há uma brecha na lei, chamada de "direito de citação". Ela permite o uso de fragmentos de um trabalho artístico para fins de estudo, crítica ou discussão. Nas artes plásticas, a reprodução pode ser integral desde que "não seja o objetivo principal da nova obra e que ela não cause prejuízo injustificável ao interesse do autor do original", segundo Netto.

A comercialização é um dos fatores mais importantes para um julgamento de plágio, porque ela pode "inviabilizar uma forma de exploração econômica da obra original", segundo o advogado Rodrigo Salinas, membro do Conselho Especial de Direitos Autorais da OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil.

A legislação americana, dizem os especialistas, é menos restrita do que a brasileira. Ela é elaborada a partir de decisões de tribunais ao longo dos anos, prática conhecida como jurisprudência. O princípio do "fair use", debatido no caso de Warhol, não existe no Brasil, onde o rei da arte pop precisaria de autorização da fotógrafa para fazer suas serigrafias, segundo Salinas.

A linha que diferencia o plágio da inspiração fica mais tênue com as redes sociais, na avaliação de Giselle Beiguelman, professora da Universidade de São Paulo e crítica de arte. "Precisamos discutir uma ética para os tempos das redes, que não legitime a apropriação sem critério algum, mas que respeite um processo que é já intrínseco à arte contemporânea."

Serigrafia de Andy Warhol feita a partir da fotografia do cantor Prince por Lynn Goldsmith

Professor e pesquisador de arte e política da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Miguel Chaia lembra que Pablo Picasso "foi um dos primeiros artistas a usar a colagem na pintura, incluindo pedaços de revistas e textos" em suas obras.

"Existe a história da pintura, da fotografia e da pintura com a fotografia. A arte pode se apropriar da imagem fotográfica", diz ele. "O conceito de arte é polissêmico. Não é um fechado, como a lei da gravidade. Como diria Mário Pedrosa, a arte é o exercício da liberdade."

Para a pesquisadora e crítica de arte Mirtes de Oliveira, o circuito em que uma obra circula é essencial para o debate. Como exemplo, ela aponta que, no caso da apropriação de máscaras africanas por Picasso, o contexto do colonialismo deve ser levado em conta, diferente da arte pop de Warhol.

Em meio ao avanço do capitalismo financeiro e a corrida midiática, o filósofo Guy Debord, um dos principais agitadores do Maio de 1968 na França, afirmou que, na "sociedade do espetáculo", as imagens se tornaram mediadoras das relações sociais entre as pessoas.

Diante disso, diz Chaia, o professor da PUC, "é impossível o artista ficar imune". "Cabe colocar em xeque os padrões e parâmetros da sociedade estabilizada. O plágio precisa ser analisado na perspectiva do tempo em que se fala."

Sua visão é reforçada por Bieguelman, da USP. "Se cada caso é um caso, então não existe nenhum tipo de contrato social", diz ela, sobre a lei de direitos autorais. "Nossas vidas são medidas por imagens, mas ainda operamos com regras de um mundo onde a imagem era um privilégio e fácil de controlar."

Para o fotógrafo Christian Cravo, que já levou à Justiça o uso comercial indevido de seu trabalho, as redes facilitaram a apropriação de imagens por gerações mais jovens de artistas, que construíram suas carreiras na era digital.

"Vik Muniz só usa iconografias pré-existentes em suas colagens, ou de domínio público", ele diz, sobre outro dos mais relevantes artistas brasileiros da contemporaneidade, conhecido por fazer colagens enormes com microfragmentos de imagens.

Gustavo von Ha, artista cuja obra também se caracteriza pela apropriação de outras imagens para criar colagens digitais, diz que descobrir a origem do material que está circulando na internet e dar os créditos é um princípio ético.

"Nas redes, parece que existe outro pacto. Já fiz vários trabalhos com apropriação, de obras de Tarsila do Amaral e Leonilson, por exemplo, e pedi autorização para as famílias, porque é diferente de um meme, que é feito de autorias múltiplas e coletivas."

Além da lei, Von Ha diz se basear em acordos estabelecidos entre artistas e argumenta que utilizar uma foto que circulou em jornais para gerar uma reflexão social seria diferente de usá-la para criar e vender uma obra. "Os limites são elásticos, são borrados, porque a gente está numa época inundada por imagens, mas se a foto é preservada, reconhecível, o fotógrafo está no direito dele", diz.

Cristiane Olivieri, advogada especialista em direito cultural, não considera as obras de Alexandre e Warhol como plágio. "A criação é fruto da geleia geral em que vivemos. E por isso que existe o domínio público. A ideia é que essa obra vai remunerar o autor e seus descendentes por um tempo, e depois essa obra volta para essa geleia geral", diz, ao refletir sobre o princípio filosófico que rege a lei dos direitos autorais.

Olivieri cita ainda outro caso emblemático, o de Richard Prince, conhecido por trabalhar com colagens. O artista foi processado pelo fotógrafo Patrick Cariou por ter acrescentado, a uma série de cliques em preto e branco de rastafáris, guitarras elétricas e bolinhas azuis, além de caras e bocas aos corpos seminus. A corte americana decidiu a favor de Prince, argumentando que ele havia feito alterações significativas nas fotografias.

"Transformadas por Prince, as fotos originais deixaram de ser documentação de rastas, mas viram uma provocação no jogo de 'identifique a arte', criado pelo mictório de Duchamp", escreveu o crítico Blake Gopnik. "Quando Prince pega uma guitarra elétrica de outra fonte e a põe nas mãos de um dos rastafáris de Cariou, ele comenta o poder que os artistas têm, desde Warhol, de misturar e combinar imagens pelo intercâmbio de fronteiras culturais."

Há oito anos, Prince foi processado novamente, por legendar fotografias de diferentes autores e enquadrá-las em modelos do Instagram, como se fossem publicações da rede social. Em sua defesa, ele argumentou que a apropriação queria desafiar a dinâmica das plataformas digitais.

Caso semelhante aconteceu com Regina Parra, em outubro passado. Ela precisou retirar uma obra de uma mostra na Pinacoteca, além de recolher os catálogos da exposição, porque havia utilizado uma fotografia de uma usuária qualquer do Instagram, Andrea Sahyoun, em uma composição sobre o prazer feminino. Parra disse que firmou um acordo com a internauta, mas não quis detalhar o caso.

"Nesse caso, trata-se do direito de imagem, vinculado ao direito da personalidade e da privacidade. O fato de ter sido colocado no Instagram não dá direito à artista de uma apropriação, especialmente se a pessoa for reconhecível", diz Olivieri, advogada.

"Ele [Alexandre] mudou o suporte. É outra coisa. Tem uma contextualização, uma reflexão de ter feito essa obra copiando a fotografia. Vale a máxima do [pintor Henri] Matisse. Quando perguntaram para ele onde ele via uma mulher roxa, ele respondeu que não era uma mulher. Era uma pintura", ela acrescenta.

'A Belgian Politician', de Luc Tuymans, à esq., e à dir. foto do político de extrema direita Jean-Marie Dedecker, tirada por Katrijn Van Giel, que serviu de referência para a pintura - Reprodução

Outro exemplo é o caso de Luc Tuymans, acusado de plágio por uma pintura hiperrealista de uma fotografia do político de extrema deita belga Jean-Marie Dedecker, feita por Katrijn Van Giel. Para Oliveira, a crítica, a apropriação e transformação de imagens é essencial à produção artística contemporânea.

"Warhol queria desdizer a suposta pureza do modernismo e a ideia de obras absolutamente originais. Quem é o dono de uma imagem produzida em massa?", diz ela. "Independente disso, existe uma questão legal. A cada apropriação surge uma nova obra, mas a legislação deve ser razoavelmente respeitada. O artista, como todos os indivíduos, está submetido às regras sociais."

MODA | Artistas como Thiago Pantaleão e João Guilherme rejeitam a ideia de associar looks a estereótipos de sexualidade e gênero

Gays e héteros trocam de guarda-roupas com cropped, camisa de time e bermudona

GUILHERME LUIS E DIOGO BACHEGA
Da Folhapress - São Paulo

Sem camisa ou de regata, de bermudas longas e largas, deixando um pedaço da cueca à mostra e com uma corrente prateada no pescoço. Este é o look que Thiago Pantaleão veste quando está em casa. O cantor guarda a ousadia para seus videoclipes e os palcos, onde faz uma mistura antes incomum, adicionando croppeds, tops e luvas compridas às camisetonas e tênis que usa no dia a dia.

Pantaleão, que é bissexual, assim como o DJ Pedro Sampaio, estão na crista de um movimento recente na moda —o de homens que rejeitam escolher sua vestimenta de acordo com estereótipos de sexualidade, sem se preocupar se está parecendo viril ou feminino. O mesmo acontece entre héterossexuais, caso do ator João Guilherme, que adora um cropped.

Na prática, peças antes ligadas ao vestuário hétero, como camisetas de time de futebol, bermudonas e camisas polo, vêm atraindo uma porção de rapazes da comunidade LGBTQIA+.

"Vivemos um momento de mais liberdade, com o respiro de poder transitar entre guarda-roupas e ressignificá-los", afirma a consultora de moda Monayna Pinheiro. "Num primeiro momento, a comunidade LGBTQIA+ usava isso como camuflagem e disfarce. Agora, não."

"Esperam ver meu estilo de roupa na galera do rap. Quando vem um cantor pop bissexual que se veste assim, gera um nozinho na cabeça, tá ligado?", diz Pantaleão, de 26 anos. "Reforçar esse estilo é muito sobre afirmar de onde eu vim."

Crescido no que considera um ambiente heteronormativo, em Paracambi, no Rio de Janeiro, Pantaleão se define como um cria. É como se convencionou chamar quem vêm de favelas, que inspiram um estilo formado por peças incontornáveis no imaginário suburbano, caso do tênis esportivos de 12 molas, cordões de ouro, bermudas compridas e chinelos.

João Guilherme, crescido na capital paulista, frequentando sets de filmagens onde diz ter aprendido a conviver com pessoas LGBTQIA+, está do lado oposto de Pantaleão. Mas ele, aos 21 anos, também subverte o guarda-roupa que a sociedade ainda espera de um homem hétero.

Filho do cantor sertanejo Leonardo, ele causou polêmica ao ser fotografado de cropped e com leque na Semana de Moda de Paris em junho do ano passado. Assim, o ator jogou luz sobre a moda agênero, isto é, a ideia de que nenhuma roupa é feita para homem ou para mulher, mas para seres humano.

A tendência faz sucesso nas redes sociais. No Pinterest, plataforma de tendências, a bermuda jeans historicamente rejeitada por homens gays ou bissexuais viu sua busca crescer 4.628% entre usuários do sexo masculino durante fevereiro, ante o mesmo período do ano passado. "Tutorial de maquiagem fácil" e "esmaltação para unha curta" também tiveram altas de 5.230% e 1.018%, respectivamente.

"Se enfeitar e ser vaidoso era uma realidade da moda masculina", diz João Braga, que ensina história da moda na Faap, a Fundação Armando Alvares Penteado, há 33 anos. "Imperadores romanos e reis da Idade Média eram vistosos. No Renascimento, homens usavam salto alto, meia de seda, flores e joias."

Ele diz que o comportamento mudou na Revolução Industrial, no século 18. Na procura de roupas mais confortáveis para trabalhar, os homens deixaram a moda e as mulheres ganharam a dianteira. Foi assim até o surgimento do conceito de metrossexual, como se chamavam os homens muito vaidosos, como David Beckham, no início dos anos 2000.

O cantor Thiago Pantaleão

Hoje as referências são outras. Os atores americanos Timothée Chalamet e Donald Glover, por exemplo, vestem peças decotadíssimas. O cantor Damiano, da banda Maneskin, que já protagonizou um clipe sensual com Anitta, usa croppeds e saias. Harry Styles, que ouve críticas por supostamente fazer "queerbaiting" —isto é, abusar de símbolos queer para se promover—, usa saia, maquiagem e esmalte.

No Brasil, Fiuk, que é hétero, também veste saia. Rodriguinho, o pagodeiro que fez parte deste BBB, usa esmalte. Enzo Celulari, filho da atriz Claudia Raia e ex-namorado, vê sua sexualidade ser questionada nas redes porque pinta as unhas e às vezes usa roupas emprestadas dos armários da mãe e da irmã.

A tendência ganha força por causa da geração Z, dizem os especialistas ouvidos pela reportagem. No TikTok e no Instagram, há vários homens gays e bissexuais angariando curtidas com looks considerados heteronormativos. É o caso de Jhonata Teixeira, que intercala camisetas de time e bermudonas com croppeds e suéteres estampados.

A prática gera debates acalorados na comunidade LGBTQIA+. Alguns dizem que esses homens estão deixando a feminilidade de lado porque fetichizam a figura do hétero. É o caso do influenciador Noi Augusto, que é gay, tem 30 anos e faz vídeos de moda com peças associadas ao guarda-roupa hétero.

"Vários caras dizem não curtir afeminados nos aplicativos de pegação gay, então vejo vários deles buscando parecer mais masculino numa intenção de hipersexualizar sua própria imagem."

Sua visão encontra amparo na de Thiago Pantaleão. "A comunidade gay ama aquilo que se aproxima do hétero e do viril. Quanto mais heteronormativo, mais fetichizado você é", diz o cantor.

Outro influenciador que mistura os dois universos em seus looks se chama Mitcho, que também é gay. Nos últimos meses, ele publicou um vídeo viral em que abria e experimentava uma chuteira prateada da Adidas, uma das marcas que tem se aproximado da comunidade LGBTQIA+, contratando garotos-propaganda como Pabllo Vittar, que é gay, e Jão, que é bissexual.

Giovanna Aranha, gerente sênior de marketing da empresa no Brasil, diz que a marca não necessariamente mira os LGBTQIA+ quando contrata esses artistas, mas reconhece que há um interesse crescente desse público.

Empresas de vestuário como Youcom, Renner e Zara também já notaram a tendência. Não é difícil entrar em uma dessas lojas e ver peças antes tidas como heteronormativas ganhando cores e cortes mais ousados.

Um exemplo de peça que virou obsessão entre o público gay é a camiseta laranja da Adidas que antes era associada ao vestuário hétero, mas ganhou apelo por ser usada por um dos protagonistas da série da Netflix "Heartstopper", sobre o romance entre dois adolescentes, um deles jogador de rúgbi.

Até o futebol tem tentado se aproximar dessa tendência. O Bahia e o Vasco lançaram camisetas com as cores da bandeira LGBTQIA+ e o Barcelona criou dois uniformes virais com referências a Rosalía, uma das novas divas da música pop e queridinha da comunidade LGBTQIA+.

E a moda não pegou só entre artistas. O engenheiro civil Lucas Gesta, de 27 anos, que é gay, diz gostar da ideia de alternar camiseta de time com peças mais ligadas à feminilidade, a depender da imagem que ele quer passar no dia.

"Uma vez, num churrasco de família, estava com uma calça muito folgada e camiseta, e meu primo, que é hétero, foi com uma calça superapertada e uma camiseta mais decotada. Minha tia viu e falou 'nossa, as coisas mudaram mesmo, né?'"

TELEVISÃO

'No Rancho Fundo' mostra mais de um Nordeste e usa contrastes para não cair no estereótipo

VITOR MORENO
Da Folhapress - São Paulo

Conectado e cheio de contrastes. É assim que o Nordeste é mostrado em "No Rancho Fundo", novela das 18h que estreou nesta segunda-feira (15) na Globo.

Após a polêmica com a primeira imagem do folhetim, que correu a internet e foi criticada por mostrar personagens com roupas sujas e cabelos desgrenhados, o autor Mario Teixeira e diretor artístico Allan Fiterman parecem ter querido deixar claro que a região tem bolsões de pobreza, mas também de prosperidade. Os contrastes foram usados inteligentemente para evitar cair em estereótipos.

A trama principal, por enquanto, se desenrola em Lasca Fogo, um distrito rural de Lapão da Beirada. É lá que fica o rancho do título, habitado pela família Leonel.

A matriarca Zefa, vivida por Andrea Beltrão, não é só quem comanda a casa, mas também quem trabalha no garimpo. Já Tico (Alexandre Nero) não tem muita moral nem com a própria família. Quando pede que uma das filhas o sirvam, nenhuma faz caso.

A casa dos sertanejos, cheia de redes para abrigar o sono da família numerosa, é um detalhe acertado. Afinal, o casal vive com a irmã dela, Salete (Mariana Lima), e com sete filhos, entre biológicos e de criação.

As histórias de parte dos integrantes da família ainda deverão ser desenvolvidas. Mas já se pode dizer que o núcleo se saiu bem. Os novatos não só não comprometeram, como deram uma aura de frescor à boa estreia.

O destaque, por enquanto, é Quinota, interpretada pela estreante Larissa Bocchino. A jovem sonha viver um grande amor, mas deve cair num golpe do playboy Marcelo Gouveia (José Loreto), que vive na cidade.

Numa das primeiras cenas, Quinota recebe uma mensagem dele pelo celular. Os dois se conheceram assim mesmo, pelas redes sociais ou por algum aplicativo. Mesmo sendo da mesma região, eles não poderiam ser mais diferentes.

Cena de No Rancho Fundo

Enquanto Quinota sobe numa escada para tentar garantir um sinal melhor para baixar a foto que recebeu, Marcelo não tem problemas de conexão no Esporte Clube Seridó, um clube frequentado pelos mais abastados da região. Vê-se muito verde nesse último cenário.

Bem como se vê sofisticação quando ele visita o Grande Hotel São Petesburgo, junto com Artur (Túlio Starling). Pelos diálogos, ficamos sabendo que Marcelo e Artur foram adotados juntos de um orfanato, mas que o primeiro é tratado melhor que o segundo pelo padrasto, Ariosto (Du Moscovis), que o considera apenas "de criação".

É mais um dos contrastes que parecem interessar ao autor. Enquanto os filhos de criação de Zefa e Tico Leonel são tratados com carinho, Artur sofre com a família adotiva.

A diversidade também pode ser percebida dentro do núcleo dos Leonel. Zefa, que se veste de homem para ser mais respeitada no garimpo, dá um sermão em Jordão (Alejandro Claveaux) após ele ser homofóbico com ela. "Todo mundo merece respeito, homem, mulher, baitola, como tu disse", diz ela.

Depois, o personagem é acolhido pela família dela e se oferece para trabalhar para Zefa. Não sem antes escutar mais uma lição, desta vez de Quinota. "Mulher não carece de homem pra sobreviver", afirma a moça;

Os personagens que a novela herdou de "Mar do Sertão", a antecessora da dupla criativa por trás de "No Rancho Fundo", ainda tiveram pouco destaque. Teodora (Debora Bloch) é quem teve mais tempo de tela, aparecendo no cabaré que a ex-ricaça abriu na cidade após ser solta da prisão, onde ela terminou a história anterior.

O recurso de espiá-la pelo buraco da fechadura, embora batido, foi bem aproveitado para que o público a visse retirando a peruca de cafetina e revelando seu arrependimento pelo plano que acabou com a morte do filho dela na novela anterior.

Já os violeiros Juzé e Lukete, que improvisavam repentes sobre os próximos capítulos da trama de "Mar do Sertão" no final de cada capítulo, apareceram chegando a Lapão da Beirada. E, claro, já fizeram rimas com o que vem por aí no novo folhetim.

A destacar ainda a bela abertura com os personagens transformados em cordéis coloridos e a trilha sonora recheada de clássicos regionais e atemporais em novas roupagens.

Foi uma boa estreia, que terminou com o primeiro encontro de Quinota e Marcelo, flagrados no meio da noite por Zefa. Já quero saber o que vem a seguir, e isso é um ótimo sinal.

BIENAL DE VENEZA | Artista que representa o país na Bienal de Veneza cria obras frágeis e expurga tensões entre a metrópole e a Martinica

Como Julien Creuzet traduz violência da França colonial com redes e ícones animados

SILAS MARTÍ
Da Folhapress - Martinica (França)

À beira do mar, ao som do rugido das ondas, ele fala em encarnar as palavras. Julien Creuzet, um homem negro de cabelos longos, está em casa. O artista francês, que representa seu país na Bienal de Veneza deste ano, deslocou os holofotes de Paris, onde a França sempre anunciou seu nome da vez na maior mostra de arte contemporânea do planeta, para bem longe, na ilha de Martinica.

Estamos no Caribe, a coroa de um vulcão e capital de um arquipélago de pedregulhos e rochedos que brotam da superfície da água, mas é tudo território francês. É uma abstração difícil de entender, um lugar de travessia e entrecruzamentos, mistura de América, África e Europa, que tem o Palácio do Eliseu no comando.

Creuzet toma essa indistinção geográfica como base de sua obra, trabalho de um nascido em Paris que foi criado na colônia explorada pela metrópole, mais perto do rum do que do vinho.

"Mesmo que a gente mergulhe com intimidade nesta paisagem, há sempre outra paisagem que se desenha se a gente procurar", ele diz, chamando pelo nome cada formação rochosa no horizonte. "Queria compartilhar um pouco da minha intimidade, que não é nada tão íntima, porque é uma praia e todo mundo pode ir, mas, ao mesmo tempo, é a minha intimidade. Sempre que venho a esta praia, tenho lembranças. Penso que este lugar tem seus segredos, se a gente olhar bem."

Os tais segredos se traduzem na obra de Creuzet em poemas que ele recita com ar dramático, canções que ele mesmo canta, filmes e animações criados com altíssima tecnologia e instalações que parecem ser o contraponto, coisas ínfimas, frágeis, retalhos e rebarbas que lembram as sobras dos trabalhos do mar, redes de pesca em frangalhos, fiapos de tecido, o expurgo de uma ação violenta, de exploração.

No estranho mundo da arte, tão refém de tendências, pressões do mercado e qualquer mínimo solavanco político que pode abalar os preços nos leilões, Creuzet teve uma ascensão que pode ser chamada de meteórica. Não espanta, não só pela força da obra, mas também pelo poder de sedução plástica de um artista que, de corpo e obra, corresponde aos anseios de instituições ávidas por trabalhos ao mesmo tempo dentro e fora dos cânones.

Creuzet tem consciência plena disso, a ideia de ser o artista do momento que faz o establishment se curvar diante de uma figura que muitos celebram como prodígio, mas que tem lá suas amarras a um projeto político talvez à sua revelia, como o garoto-propaganda de uma França que se entende mais plural, digerindo a dura violência imposta às colônias, sem deixar de ser a metrópole —os diplomatas e políticos de terno, suando em bicas durante as entrevistas coletivas no Caribe, são a imagem perfeita desse complicado deslocamento.

"Tento ser o que tenho de ser, mas, de um jeito ou de outro, sou lembrado o tempo todo de que sou um homem negro", ele disse, em outra entrevista. "Isso me faz pensar que ainda há muito a ser feito para descolonizar e emancipar o corpo, o conhecimento, a arte."

Nesse sentido, sua obra é também uma tentativa de estabelecer pontes e tecer laços entre pontos muito díspares. Toda desorientação é cara a Creuzet, que viajou o mundo e fez de suas muitas línguas um arcabouço simbólico. Falamos em francês, mas ele não deixa de jogar na conversa termos em português, inglês, crioulo. O mundo, na visão dele, parece se tornar menor e mais domável quando dominamos certas línguas, as línguas de poder e aquelas da paixão, do dia a dia.

"Tenho a sensação de que todas as línguas estão dentro de nós —o crioulo, o português, o espanhol, o francês", ele diz. "A poesia resiste e pede para resistir. Ela não tem outro modo de ser formulada. A poesia me acompanha e me abre para outros imaginários. Trabalho nesse tempo da elasticidade."

Isso é nítido em seus filmes e animações. Se as esculturas e outras obras do artista parecem se dobrar às estratégias da arte contemporânea, um despojamento com cara de acidental que flerta com uma ideia de minimalismo do chamado sul global, destroços exóticos, os filmes se enquadram numa arena estilo Pixar, o famoso estúdio que lançou "Toy Story" e seus derivados.

Neles, Creuzet faz dançar ícones e outras esculturas ancestrais, quebrando o decoro de peças arqueológicas preservadas para a observação póstuma de herdeiros das potências que aniquilaram civilizações. É curioso na tela, talvez engraçado, mas gera um incômodo, o avesso do plástico que se espera de um artista aclamado.

Outra artista, a brasileira Ana Pi, que esteve ao lado de Creuzet na última Bienal de São Paulo, responde pela coreografia das estátuas nos filmes do francês. O movimento é sexy, e a técnica, nem tanto. Ela conta que, para construir os remelexos das estátuas históricas, foi preciso recorrer aos programas de "motion capture" hoje tão comuns nos filmes de super-heróis.

Desenho de Sergio Rodrigues para a poltrona Beto, criada para o Palácio do Planalto

Pi teve o corpo coberto de pequenos pontos luminosos, em conexão com os computadores ao redor, para fazer com que as velhas estátuas chacoalhassem os quadris, um misto de museu antropológico com pista de dança.

E Creuzet parece satisfeito com tudo isso. Tampouco refuta a qualidade de heróis da Marvel do trabalho. "Ultramarino me soa como algo fantástico, um filme hollywoodiano", diz ele, lembrando como são chamados os territórios além-mar ainda governados pela França, como a Martinica. "Eu nem sabia o que isso significava."

Em São Paulo, parada anterior à megavitrine que terá em Veneza, na Itália, na semana passada, o artista mostrou que talvez tenha, sim, uma ideia. No parque Ibirapuera, estava seu filme inspirado na figura de Zumbi dos Palmares, levando o quilombo ao centro de um exercício de protesto que para ele vai muito além do abolicionismo brasileiro. Na animação, a figura do escravizado se torna um corpo etéreo, transparente, atravessado pelo fundo do mar.

"Imagine que alguém decida fugir e criar uma cidade. É impossível aqui, porque é preciso fogo para cozinhar e alguém vai ver esse fogo. Se alguém cantar, alguém vai ouvir. Aquilo que no Brasil é um quilombo é quase que mais um movimento aqui. É possível criar um contexto de quilombo, mas, como a ilha é pequena, é preciso se mexer, se mexer, se mexer", ele diz. "O mar assusta, a profundeza do mar assusta, o escuro assusta. Desde sempre eu trabalho esses imaginários."

LIVROS

Livro conta como Sergio Rodrigues mobiliou os palácios de Brasília

JOÃO PERASSOLO
Da Folhapress - São Paulo

Em abril de 1962, as expectativas estavam altas para a inauguração do auditório da Universidade de Brasília. As 250 poltronas da sala —projetadas por Sergio Rodrigues, um designer de móveis com poucos anos de carreira à época, mas já muito bem-sucedido— foram produzidas e instaladas em tempo recorde, num contexto de euforia com a construção da nova capital do país.

No evento da inauguração do Auditório Dois Candangos, contudo, houve um imprevisto. Segundo um relato histórico do próprio Rodrigues, uma das poltronas não ficou pronta no prazo. Para que nenhum dos convidados notasse o buraco na plateia, ele mesmo ficou em pé no lugar do assento.

A anedota ilustra a relação do criador da poltrona Mole com Brasília, tema do livro "Sergio Rodrigues em Brasília 1956 - 1981". O volume recém-lançado reúne nove textos de diversos autores e dezenas de fotos históricas pouco vistas sobre o papel de um dos maiores nomes do móvel moderno brasileiro em definir os interiores de prédios emblemáticos da capital.

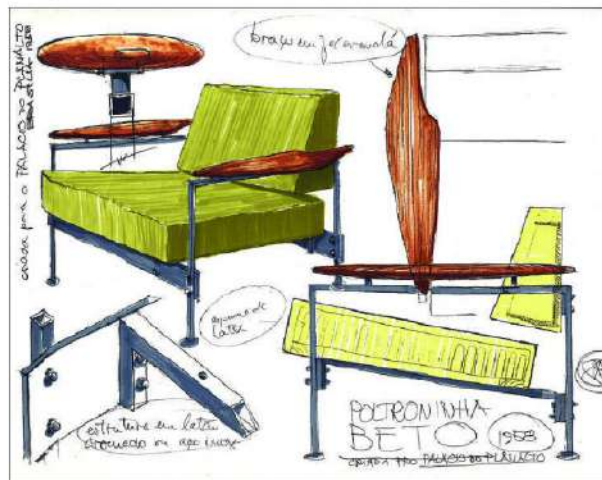
Além das poltronas do auditório da universidade, o carioca projetou o mobiliário do refeitório e dos alojamentos dos professores e dos estudantes. Para edifícios-sede do poder, Rodrigues desenvolveu a ambientação e os móveis —mesas, cadeiras, bancos, poltronas e sofás— para o Palácio do Itamaraty, além de ter criado uma cadeira, a Beto, especialmente para o Palácio do Planalto.

"Foi a partir de Brasília que Rodrigues constituiu a sua carreira. Ele esteve em contato com pessoas que proporcionaram um salto qualitativo na sua profissionalização", afirma Marcelo Mari, o organizador livro, acrescentando que até agora não havia pesquisas sobre a trajetória do designer em Brasília.

Mari conta que as encomendas que Rodrigues recebeu de Oscar Niemeyer, o arquiteto de Brasília, de Darcy Ribeiro, então reitor da universidade local, e de outras pessoas ligadas ao governo federal foram determinantes para que o designer passasse da produção artesanal de móveis para a fabricação em larga escala.

Ele foi chamado para mobiliar os palácios pouco depois de inaugurar a sua loja, Oca, no Rio de Janeiro, em 1955, momento em que desenvolvia a linguagem característica de seus móveis. É desta época, por exemplo, a criação da poltrona Oscar, parte da mobília do Palácio da Alvorada que se tornou um clássico do móvel brasileiro com seu desenho leve de braços curvos e assento de palhinha.

A boa recepção das peças do designer em Brasília e a qualidade de seu desenho, que ganhava reconhecimento internacional com a poltrona Sheriff, uma variação da poltrona Mole premiada na Itália, garantiram a Rodrigues o convite para mobiliar a embaixada do Brasil em Roma.

Um dos textos do livro aborda as negociações de anos para que os ambientes do Palácio Pamphilj recebessem os móveis do modernista, e outro, de Roseli Sartori, responsável pelo patrimônio histórico e artístico da embaixada, trata da preservação e do restauro deste mobiliário, em uso há 60 anos. Há fotos de arquivo e atuais mostrando, por exemplo, a troca do estofado original branco pelo preto em sofás e poltronas do gabinete do embaixador.

Desenho de Sergio Rodrigues para a poltrona Beto, criada para o Palácio do Planalto

Junto com Joaquim Tenreiro, Bernardo Figueiredo e outros designers do período, Rodrigues desenvolveu a estética do mobiliário que deveria dialogar com a arquitetura majestosa proposta por Niemeyer para Brasília. Não se tratava somente de produzir mesas e cadeiras para gabinetes de governo, mas de imbuir as peças de uma identidade brasileira, assim como a nova capital vendia a imagem de um Brasil novo e moderno.

Para o organizador do livro, foi a arquitetura, mais do que a arte, que se impôs como um símbolo da modernização do Brasil, porque edifícios têm impacto público maior do que obras de arte, restritas a um grupo menor de pessoas. Brasília seria o exemplo máximo disso.

Foi neste contexto que Rodrigues e a sua geração construíram o móvel brasileiro. Segundo Mari, "eles tinham esse sentimento de que o Brasil podia produzir coisas inovadoras e dar contribuição à cultura internacional".

SERGIO RODRIGUES EM BRASÍLIA 1956 - 1981

Preço R$ 120 (196 págs.)
Autoria Maria Cecília Loschiavo dos Santos, Nina Warchavchik e outros
Editora Olhares
Link: https://www.editoraolhares.com.br/livro/design/sergio-rodrigues-em-brasilia-1956-1981
Organização Marcelo Mari

Horóscopo

ÁRIES - 21/03 a 20/04
Procure a felicidade no terreno espiritual e tudo será mais fácil. Você estará planejando seu futuro e organizando seus planos especialmente com relação ao seu futuro profissional. Os obstáculos tendem a desaparecer diante do período propício que se inicia agora.

TOURO - 21/04 a 20/05
Bom dia para tratar de assuntos financeiros e questões relacionadas com a justiça. Todavia, seja cortês e procure medir suas palavras, ao tratar com amigos. Favorável ao amor.

GÊMEOS - 21/05 a 20/06
Bom dia para tratar com militares, políticos e pessoas ligadas a igreja. Muito bom, também, para abrir uma caderneta de poupança ou para solicitar empréstimo de dinheiro. Êxito profissional. Boa saúde.

CÂNCER - 21/06 a 21/07
Problemas no ambiente familiar. Soluções que lhe pareciam positivas mostrarão que precisam ser reavaliadas. Isto poderá lhe trazer desassossego. Momento benéfico para iniciar algum tipo de associação ou de participação com uma pessoa de seu convívio.

LEÃO - 22/07 a 22/08
Os estudos e as comunicações continuarão favorecidos, desde que já tenham sido iniciados de alguma forma. Alguma situação financeira poderá contradizer frontalmente seus desejos e sonhos, impondo-lhe uma profunda revisão de valores.

VIRGEM - 23/08 a 22/09
No início do período, um dia-a-dia agitado, com várias modificações. Poderá conhecer novos ambientes e pessoas, ter novas ideias. Não haverá problemas com os transportes; a comunicação e os estudos serão favorecidos.

LIBRA - 23/09 a 22/10
Alegria e tranquilidade com relação a si mesmo. Tendência a voltar-se para seus próprios interesses e desejos, o que pode lhe fazer bem. No final do período, pequenos contratempos na lida com o cotidiano.

ESCORPIÃO - 23/10 a 21/11
Mais força física e você poderá voltar a tomar o comando da sua vida. Um novo ciclo se inicia com novas oportunidade se motivações. Interesse especial, por enquanto, na vida a dois.

SAGITÁRIO - 22/11 a 21/12
Procure cuidar do bom funcionamento do aparelho digestivo e dos intestinos. Vênus lhe trará mais confiança e força pessoal. No entanto, o planeta Mercúrio, proporcionará menos vitalidade física. Não exija demais de si próprio.

CAPRICÓRNIO - 22/12 a 20/01
Apesar de boas oportunidades para a vida social e o encontro com os amigos, sua disposição não lhe permitirá ir muito longe. Continua um momento de reflexão. Melhoria em termos financeiros.

AQUÁRIO - 21/01 a 19/02
Início de um novo período profissional. Possibilidade de ver o seu talento melhor utilizado, produzindo assim uma melhoria, talvez em longo prazo. Fase de recolhimento e necessidade de solidão. Vida social e afetiva menos intensa, talvez com alguns problemas.

PEIXES - 20/02 a 20/03
Melhoria da situação financeira, trazendo-lhe tranquilidade e favorecendo as boas aquisições. Pequenas mudanças no seu cotidiano. Necessidade de momentos de descanso na privacidade do lar, recuperando assim, o equilíbrio emocional.